



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

10ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

23 de maio de 2023

Ata da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e três do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair da Costa Gipão, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gutierres Torquato, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano de Oliveira, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar de Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Fabion Gomes e Jair Farias.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 35/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 15, de 19 de maio de 2023, que “institui a comunicação eletrônica por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – DEC, entre a Secretaria da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais e de outras receitas devidas ao Estado, e adota outras providências”; Mensagem número 36/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 16, de 19 de maio de 2023, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev/Tocantins, na forma que especifica, e adota outra providência”; Mensagem número 37/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 17, de 19 de maio de 2023, que “altera o Anexo II da Lei número 3.124, de 14 de julho de 2016, na parte em que trata dos valores dos vencimentos dos cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins”; Projeto de Lei número 226/2023, de autoria do Senhor



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Deputado Moisemar Marinho, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Apocalipse de Desenvolvimento Social, com atividades em Palmas-TO”; Projeto de Lei número 227/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Oswaldo Stival”; Projeto de Lei número 228/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Oswaldo Stival Júnior”; Projeto de Lei número 229/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui o torneio de pesca do tucunaré como evento fixo no calendário cultural e turístico do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 231/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “regulamenta a pesca amadora e a pesca esportiva em âmbito estadual, a conservação de espécies do gênero *Cichla* spp. (nome popular tucunaré) e dá outras providências”; C.I. número 25/2023, oriunda do Gabinete do Senhor Deputado Olyntho Neto, informando sua ausência, no período de 27 de maio a 10 de junho do corrente ano, quando irá empreender viagem em missão oficial à Genebra – Suíça, junto à equipe do Governador do Estado, para participar das solenidades de formalização do Contrato de Fomento para Certificação, Compra e Venda de Créditos de Carbono Florestal Jurisdicional – ERPA, para participação na E-Governance Conference – Transformação Digital no Setor



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Público, na Estônia, conforme Ato número 1.029 e Ato número 1.037, e com fundamento no Art. 224, do Regimento Interno desta Casa de Leis; C.I. número 49/2023, oriunda do Gabinete da Senhora Deputada Claudia Lelis, informando sua ausência, no período de 27 de maio a 10 de junho do corrente ano, quando irá empreender viagem em missão oficial à Genebra – Suíça, junto à equipe do Governador do Estado, para participar das solenidades de formalização do Contrato de Fomento para Certificação, Compra e Venda de Créditos de Carbono Florestal Jurisdicional – ERPA, para participação na E-Governance Conference – Transformação Digital no Setor Público, na Estônia, conforme Ato número 1.029 e Ato número 1.037, e com fundamento no Art. 224, do Regimento Interno desta Casa de Leis; Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Moisemar Marinho e Professor Júnior Geo; Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Fazenda, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão; Ofícios oriundos da Polícia Militar, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão e Eduardo Fortes; e Requerimentos de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, requerendo a retirada de tramitação dos Projetos de Leis número 96, 98, 102, 103 e 113/2023. Logo após, o Senhor Presidente, com



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião Extraordinária das Comissões, reabrindo-a às dezessete horas e dezessete minutos. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Amélio Cayres. Logo após, o Senhor Primeiro-Secretário procedeu a leitura do Despacho, determinando a inclusão da Medida Provisória número 4, de 18 de janeiro de 2023, que “altera a Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, na Ordem do Dia da presente Sessão, conforme art. 76 combinado com o §2º do art. 198 e art. 199, do Regimento Interno. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 233/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão; 234/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 235, 236 e 237/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os **Requerimentos que receberam os números 830 a 872. Em seguida,** foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números: 841, de autoria do Senhor Deputado Moisemar Marinho; 838, 839 e 840, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 834 e 835, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 832 e 833, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão; 830, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo;



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

836 e 837, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior. Logo após, o Senhor Presidente colocou em deliberação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 829, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, Líder do Governo, que requer dispensa de interstícios e formalidades regimentais, para inclusão na Ordem do Dia da presente Sessão, e convocação de Sessão Extraordinária, tendo em vista o disposto nos arts. 72, 118, XIII, 133 e 137 do Regimento Interno, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação: do Projeto de Lei número 18/2021, Medidas Provisórias números 4/2023 e 5/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado; do Projeto de Decreto Legislativo número 1/2023, referente à Medida Provisória número 3/2023; do Projeto de Lei número 1/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado; Projeto de Resolução número 3/2023, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei Complementar número 3/2021; e Projetos de Lei números 3/2023, 6/2023, 8/2023, 17/2023, 25/2023, 68/2023, 87/2023 e 89/2023, o qual foi aprovado. No horário destinado às Comunicações, os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número **230/2023**, originário da Medida Provisória número 5/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “cinde a Secretaria da



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Cultura e Turismo e altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”, o qual votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira discussão e votação, o **Projeto de Decreto Legislativo número 1/2023**, originário da Medida Provisória número 3/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória número 3, de 13 de janeiro de 2023”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, para Reunião com os Senhores Deputados na Sala Vip, reabrindo-a às dezenove horas e quarenta e três minutos. Logo após, foi anunciado em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 232/2023, originário da MP-4/2023 (avocada), de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “altera a Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, o qual votado, foi aprovado com o voto contrário dos Senhores Deputados Marcus



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Marcelo, Professor Júnior Geo, Moisemar Marinho e da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei **números: 18/2021**, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei Estadual número 1.685, de 15 de maio de 2006, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes urbanos que especifica, e adota outras providências”; 3/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “institui a Semana Estadual de Prevenção, Conscientização e Enfrentamento da Endometriose no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 6/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “veda o adiantamento da cobrança do IPVA – Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores – para a transferência de propriedade de veículos automotores no âmbito do Estado do Tocantins”; 8/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS”; 17/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “dispõe sobre a alteração do nome da Rodovia TO-



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

335, trecho que faz ligação do Município de Colinas do Tocantins à Ferrovia Norte Sul, Plataforma Multimodal de Palmeirante para Rodovia Monsenhor Rui Cavalcante Barboza”; 25/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “atribui nome a TO-040, em toda a sua extensão para Rodovia José Deijaldo Arruda”; 68/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “confere o Título de ‘Capital do Matopiba’ à cidade de Porto Nacional, no Estado do Tocantins”; 87/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “institui a Campanha de Conscientização sobre a Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 89/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano de Oliveira, que “institui o ‘Dia Estadual da Vaquejada’ no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 1/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “autoriza o Poder Judiciário a doar área de terreno urbano e respectivas acessões ao Município de Tocantinópolis-TO”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 3/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “altera o Anexo Único da Resolução número 331, de 28 de junho de 2017, que ‘cria a Escola do Legislativo e dá outras providências’, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 3/2023, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei Complementar número 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências”, o qual votado, nominalmente, foi aprovado com treze votos sim, perfazendo um total de treze votantes e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Ivory de Lira e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Marcus Marcelo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 799, 807, 789, 791, 792, 794, 774, 776, 808, 778, 810, 804, 797, 805, 806, 811, 790, 795, 777, 785, 786, 787, 788, 800, 803, 779, 780, 781, 782, 783 e 784, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Foi anunciado, em fase única de discussão e votação, o Requerimento número 796, o qual votado, foi rejeitado e encaminhado ao Arquivo. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e trinta e três minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário